


Jornal Sem Terra: um militante na redemocratização do Brasil

Jornal Sem Terra: a militant in the redemocratization of Brazil

Jefferson Ribeiro da Silva¹

 <https://orcid.org/0009-0006-8480-4162>

 <https://lattes.cnpq.br/8441869788904752>

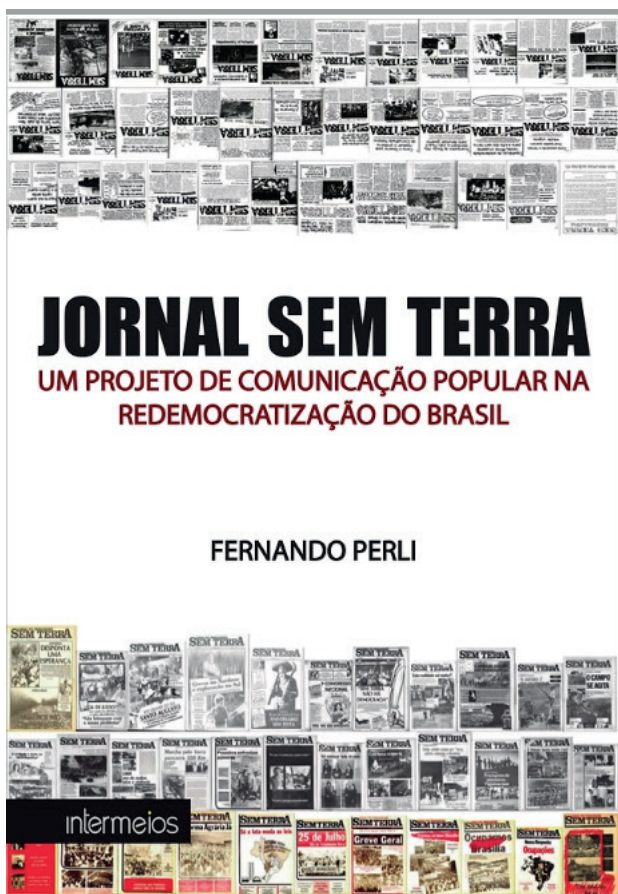
Recebido em: 22 de outubro de 2025.

Revisão final: 12 de fevereiro de 2026.

Aprovado em: 22 de março de 2026.

 <https://doi.org/10.46401/arec.2025.v17.24341>

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGHIS/UFMT), graduou-se em História pela mesma instituição. Atualmente integrante do Grupo de Pesquisa “História, Política e Contemporaneidade”, vinculado à UFMT. E-mail: jeffersonrs2706@gmail.com



PERLI, Fernando. **Jornal Sem Terra: um projeto de comunicação popular na redemocratização do Brasil.** São Paulo: Intermeios, 2023.

De modo geral, os historiadores que se debruçam sobre a imprensa escrita e sua história tendem a selecionar impressos de grande tiragem, longevidade e identificados no espectro da chamada grande imprensa². Entretanto, impressos de menor tiragem e circulação, por vezes efêmeros ou oriundos da imprensa alternativa³, também têm se consolidado como objeto e fonte de significativas pesquisas no campo da História.

Lançada em 2023 pela editora Intermeios, a obra **Jornal Sem Terra: um**

projeto de comunicação popular na redemocratização do Brasil, integra o conjunto de estudos que investigam a imprensa que se desenvolve em contraposição social, política e financeira à grande imprensa. O autor, Fernando Perli, analisa o jornal como uma ferramenta de resistência ao autoritarismo na década de 1980, fruto da parceria entre movimentos sociais e entidades civis e religiosas. Nesse sentido, ao conectar o periódico à luta histórica pela reforma agrária, o livro reconstrói o percurso que consolidou a publicação como a principal voz impressa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Esta obra é fruto de uma pesquisa que amplia as reflexões da dissertação de mestrado de Perli, buscando considerar o que o autor define como as “contingências do tempo presente” (p. 16). Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”(UNESP/ Assis) e pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o pesquisador atua desde 2012 na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Na instituição, consolidou

2 São exemplos de pesquisas voltadas para a análise da grande imprensa a obra clássica de Capelato e Prado (1980), a dissertação de Aquino (1990), os estudos de Barbosa (2007), a tese de Sotana (2010), entre outros trabalhos.

3 Para um panorama sobre a chamada imprensa alternativa, consultar: KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da Imprensa alternativa.** 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2018.

sua experiência ao coordenar projetos como o Laboratório de Ensino de História (LABhis), o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) do Departamento de História e o Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), além de ter editado a **Fronteiras: Revista de História** entre 2021 e 2023. Suas pesquisas articulam ensino de história, representações sociais e políticas, meios de comunicação, movimentos sociais, usos do passado e cultura histórica.

Quanto à estrutura do volume, organizado em três capítulos, a obra percorre o caminho de organização e consolidação do **Jornal Sem Terra**. O livro conta com prefácio assinado por José Luis Beired, além de orelha e texto de contracapa assinados por Tania Regina de Luca, compondo uma abertura que reforça a relevância do estudo e prepara o terreno para o desenvolvimento analítico apresentado ao longo dos capítulos e nas considerações finais.

Na introdução, Perli nos apresenta sua aproximação ao **Jornal Sem Terra** e às discussões envolvendo a formação comunicacional do MST, a partir do impresso embrionário intitulado **Boletim Sem Terra**. O autor também utiliza esse espaço para explicitar as principais influências teóricas e metodológicas mobilizadas na obra, mencionando contribuições de autores como Pierre Nora, Jean Lacouture, Robert Darnton, Daniel Roche, Nelson Werneck Sodré, Maria Helena Capelato, Maria Lígia Prado, Isabel Lustosa, Maria Aparecida de Aquino, Bernardo Kucinski, Maria Nazareth Ferreira, Leonilde Servolo de Medeiros, Regina Festa, Carlos Eduardo Lins da Silva, José de Souza Martins, Zilda Márcia Gricoli Iokoi, Bernardo Mançano Fernandes, Roger Chartier, Pierre Bourdieu e Michel de Certeau.

Esses referenciais sustentam debates que orientam a análise proposta, como a relação entre história e comunicação, a imprensa enquanto objeto e fonte histórica, as conceituações sobre imprensa alternativa e as investigações acerca de experiências impressas produzidas por e para trabalhadores rurais no Brasil.

Às reflexões sobre os movimentos sociais rurais e sobre a organização do MST somam-se estudos sobre práticas de leitura e acerca do conceito de representações, que fornecem instrumentos conceituais para compreender como sentidos e identidades se formam em torno do **Jornal Sem Terra**. A partir desse leque teórico-metodológico, o autor propõe articular a gênese do periódico, sua estratégia comunicacional e seu lugar nas disputas políticas e simbólicas na redemocratização do Brasil. Perli delinea, portanto, um quadro inicial em que a história do **Jornal Sem Terra** se entrelaça a debates acadêmicos que oferecem suporte conceitual para a análise de sua trajetória e de seu papel na comunicação popular.

É a partir desse enquadramento que se desenvolve o capítulo 1, no qual o autor explora a relação entre trabalhadores rurais e o jornalismo de engajamento político. Fernando Perli analisa como os trabalhadores rurais, tradicionalmente marginalizados pelas grandes mídias, encontraram em um projeto de comunicação popular uma forma de organizar sua luta, comunicar suas demandas e ampliar a visibilidade de suas reivindicações. O capítulo mostra que, ao contrário dos meios de comunicação tradicionais, que frequentemente silenciavam as vozes populares, os jornais de engajamento político serviam como plataformas para a construção de uma consciência política entre as camadas mais oprimidas da sociedade.

Perli recupera experiências impressas que antecederam as origens do **Jornal Sem Terra**, e tiveram como característica o engajamento e a inserção no debate político de trabalhadores rurais no Brasil desde os anos 1940, como os jornais **O Guatambú** (1946), **Nossa Terra** (1949), **Terra Livre** (1954) e **Liga** (1962), até impressos surgidos no período da ditadura militar, como **Lamparina** (1979), **Terragente** (1979), **A Foice** (1980), **A Enxada** (1981), o **Enxadao** (1982), **A Enchente do Uruguai** (1981) e o **Boletim Sem Terra** (1981), demonstrando que os movimentos sociais dos trabalhadores rurais teve constante preocupação em desenvolver canais próprios de comunicação diante da exclusão da grande imprensa.

Ao seguir da leitura, percebe-se que a comunicação passou a ser vista como uma forma de mobilização coletiva, de conscientização política e de fortalecimento da luta pela reforma agrária. O autor ainda explora o papel essencial desses projetos de comunicação popular para dar visibilidade a causas como a luta contra a grilagem de terras, o trabalho escravo e a violência no campo, temas frequentemente ignorados pela mídia tradicional. O esforço de Perli evidencia que esses periódicos, ainda que majoritariamente efêmeros, criaram espaços de denúncia e articulação, tornando visível a identidade comum das mobilizações rurais em diferentes regiões do país. Assim, o capítulo evidencia que a trajetória do **Jornal Sem Terra** se insere em uma tradição mais longa de comunicação popular voltada à organização dos trabalhadores rurais e ao fortalecimento das lutas pela reforma agrária.

Em seu segundo capítulo, a obra destaca a atuação, a conjuntura, a organização e o contexto que deram origem, no Acampamento Encruzilhada Natalino, na cidade de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, em 1981 ao **Boletim Sem Terra**. Perli traça um panorama da organização em torno do Acampamento Encruzilhada Natalino e da formação e necessidade do grupo em estabelecer um meio de socialização e divulgação da luta dos acampados que resultou na elaboração e distribuição do referido boletim. Em um contexto marcado pela repressão ditatorial que, inclusive, promoveu intervenção física e direta no acampamento, o boletim se tornou ainda meio de denúncia e defesa dos acampados, formando em torno de si uma rede de solidariedade de entidades civis, religiosas e políticas, como as dioceses e os sindicatos.

Essa rede se tornou um ponto de resistência à repressão do regime militar e ao sistema de poder que excluía as demandas dos trabalhadores rurais. Perli destaca, ainda, a rede comunicacional formada por outros impressos na região centro-sul do país que engendraram as discussões em torno da reforma agrária a partir dos trabalhadores rurais sem-terra e contribuíram na formação de um movimento nacional.

No capítulo seguinte, o autor debruça-se sobre o processo de mudanças que resultaram na transformação do **Boletim Sem Terra** em **Jornal Sem Terra**, detalhando como o movimento, ao ganhar força e visibilidade, passou a profissionalizar sua comunicação. A mudança, entretanto, não se limitou ao formato e à designação do impresso. A partir das reformulações implementadas em 1984, o novo projeto editorial buscou alçar o boletim a um contexto nacional e inseri-lo como correspondente comunicacional do MST, capaz de alcançar mais leitores e consolidar o movimento como uma força de transformação social. As mudanças editoriais foram acompanhadas, além de tudo, por mudanças concretas na redação que transferiu-se

do Rio Grande do Sul para São Paulo; e também na ampliação da equipe de colaboradores do jornal.

Perli mostra que as modificações no projeto editorial abriram tanto possibilidades quanto tensões no cotidiano da redação com preocupações que já tangiam o boletim e foram aprofundadas conforme o movimento sem-terra ganhava novas dimensões. Entre os desafios destacados estão a adaptação do jornal ao papel de correspondente do movimento, a logística de distribuição e usufruto pelos trabalhadores sem-terra, a definição de uma pauta capaz de articular demandas locais e um horizonte nacional, a necessidade de produzir conteúdos que dialogassem efetivamente com a militância e com as comunidades agrárias, e a preocupação em atender de forma efetiva aos trabalhadores rurais sem-terra transformando o jornal em um militante ativo na causa da reforma agrária.

Ainda no terceiro capítulo, o autor reserva espaço para discutir o momento de tensão no cenário da redemocratização no Brasil e o papel do **Jornal Sem Terra** na consolidação do sujeito político sem-terra e suas causas em um porvir em que democracia se mesclava à luta pela reforma agrária, demarcando a atuação e defesa do MST no período pós-ditadura.

Em suas considerações finais, Perli pondera que foi no contexto da redemocratização que movimentos sociais rurais e urbanos intensificaram a necessidade de meios comunicacionais capazes de superar a grande imprensa, tradicionalmente vinculada aos interesses das elites e, notadamente durante o regime militar (1964-1985), aos interesses governistas. O autor destaca, ainda, a presença constante de um discurso em defesa dos direitos humanos nas publicações do boletim e, posteriormente, do jornal, evidenciando denúncias de violências sofridas por trabalhadores rurais sem-terra e por outros sujeitos e populações perseguidos, torturados e mortos durante a ditadura.

Perli demonstra como a experiência iniciada com o **Boletim Sem Terra** serviu de apoio e divulgação a uma rede de jornalistas, instituições civis, religiosas, políticas, intelectuais, militantes e aos próprios trabalhadores rurais sem-terra, contribuindo para a constituição de um espaço democrático em torno da reforma agrária, mas não somente, mesmo sob o ambiente repressivo imposto pelo regime. O autor também discute o legado do jornal, indicando como ele contribuiu para a construção de uma identidade política dos trabalhadores rurais e como, por meio da comunicação, o MST conseguiu levar suas demandas à esfera pública. Ao final, Perli observa que o **Jornal Sem Terra** permanece como exemplo de como a comunicação popular pode operar como ferramenta decisiva na luta por justiça social.

Encerrado o percurso analítico, a obra permite considerações amplas sobre seu alcance e sua contribuição historiográfica. Em sua totalidade, o livro demonstra como a comunicação popular, no interior dos movimentos sociais, é capaz de contestar narrativas dominantes e dar visibilidade a questões que, de outra forma, seriam ignoradas ou distorcidas pela mídia hegemônica. Mais do que analisar um impresso, Perli apresenta ao leitor um projeto comunicacional que carrega, em seu cerne, um projeto político.

Como destaca o autor, o jornal assume um papel de "militante": um projeto que supera o ato de informar e se fortalece a partir de um acampamento no Rio Grande do Sul

até representar um movimento de escala nacional como o MST. A obra detalha como essa trajetória se consolidou mesmo sob as adversidades impostas à sua produção e distribuição, sobrevivendo inclusive à ilegalidade por representar uma dissonância ao discurso ditatorial. Ao narrar essa trajetória, o livro revela como a comunicação popular é capaz de transformar a luta de um movimento em uma causa organizada e visível, sensibilizando a sociedade para suas demandas. Ao estudar o **Jornal Sem Terra**, Perli amplia o debate sobre o papel da mídia contra-hegemônica, apontando a urgência de alternativas comunicacionais que combatam a marginalização das vozes populares. A obra ressalta, assim, a existência de uma mídia que, além de informar, educa, mobiliza e engaja o público na conquista de direitos.

Considerando o aporte teórico, o percurso metodológico, a pesquisa documental realizada e a mobilização de ampla bibliografia, Perli investiga não só a história do e pelo **Jornal Sem Terra**, pois também dedica-se aos seus colaboradores, as redes que desenvolveu, a conjuntura de suas representações e sua atuação política. Desse modo, a obra representa uma contribuição incontornável para aqueles que se debruçam sobre a história da imprensa escrita, sobretudo sobre acerca da importância de impressos, por vezes, marginalizados pela historiografia. Além de sua relevante contribuição para estudiosos interessados na história de movimentos sociais rurais. Trata-se, em última análise, de leitura imprescindível para compreendermos o processo de redemocratização do Brasil. Portanto, constitui leitura fundamental na conjuntura em que parecemos esquecer da necessidade de defesa da nossa frágil democracia.

Referências

AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-78):** o exercício cotidiano da dominação e da resistência: *O Estado de S. Paulo e Movimento*. (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

BARBOSA, Marialva Carlos. **História Cultural da Imprensa:** Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo matutino:** imprensa e ideologia: o jornal *O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários:** nos tempos da Imprensa alternativa. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2018.

SOTANA, Edvaldo Correa. **A paz sob suspeita:** representações jornalísticas sobre a manutenção da paz mundial, 1945-1953. (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2010.